

Demonstrações financeiras

Pérola Energética S.A. e suas controladas

31 de dezembro de 2022 e 2021
com Relatório do Auditor Independente

Pérola Energética S.A. e suas controladas

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022 e 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	10



Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
6º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
Pérola Energética S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Pérola Energética S.A. (“Sociedade”) identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Pérola Energética S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

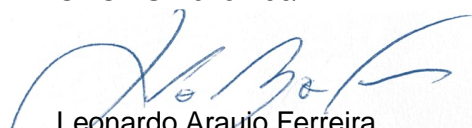
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época dos trabalhos de auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-2SP 015.199/F



Leonardo Araujo Ferreira
Contador CRC-1RJ 116.384/O

Pérola Energética S.A. e suas controladas

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	24	213	1.777	16.719
Contas a receber	4	-	22	11.001	11.255
Depósitos restituíveis e valores vinculados	5	-	-	3.519	-
Estoques		-	-	1.713	1.630
Dividendos a receber	18	5.884	5.139	-	-
Impostos a recuperar		282	279	474	437
Despesas antecipadas		-	-	563	478
Outros		1	-	13	1
Total do ativo circulante		6.191	5.653	19.060	30.520
Não circulante					
Depósitos restituíveis e valores vinculados	5	-	-	10.477	9.144
Investimento	6	324.532	330.212	-	-
Imobilizado	7	-	-	557.612	572.996
Arrendamento	8	-	-	357	532
Total do ativo não circulante		324.532	330.212	568.446	582.672
Total do ativo		330.723	335.865	587.506	613.192

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Passivo					
Circulante					
Contas a pagar	9	5	1.034	5.482	7.049
Empréstimos e financiamentos	10	93.046	100.386	109.806	116.847
Impostos e contribuições a recolher		-	2	1.660	1.716
Dividendos a pagar	18	18.301	33.619	18.301	33.619
Arrendamento	8	-	-	219	189
Contas a pagar risco hidrológico	11	-	-	-	6.682
Outros		-	-	188	-
Total do passivo circulante		111.352	135.041	135.656	166.102
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	231.671	245.872
Provisão para contingências	12	-	-	603	-
Arrendamento	8	-	-	205	392
Total do passivo não circulante		-	-	232.479	246.264
Patrimônio líquido					
Capital social	13	198.834	198.834	198.834	198.834
Reservas de lucros	13	20.537	1.990	20.537	1.992
Total do patrimônio líquido		219.371	200.824	219.371	200.826
Total do passivo e do patrimônio líquido		330.723	335.865	587.506	613.192

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pérola Energética S.A. e suas controladas

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	14	-	-	84.923	70.790
Custo de geração de energia	15	-	-	(31.937)	(33.874)
(Prejuízo) Lucro bruto		-	-	52.986	36.916
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	15	(140)	(126)	(1.318)	(1.182)
Resultado com equivalência patrimonial	6	26.517	429	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais		-	-	588	(227)
		26.377	303	(730)	(1.409)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		26.377	303	52.256	35.507
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	16	9	222	1.773	3.993
Despesas financeiras	16	(2.061)	(408)	(26.147)	(35.809)
		(2.052)	(186)	(24.374)	(31.816)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		24.325	117	27.882	3.691
Imposto de renda e contribuição social Corrente	17	-	-	(3.557)	(3.574)
		-	-	(3.557)	(3.574)
Lucro líquido do exercício		24.325	117	24.325	117

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pérola Energética S.A. e suas controladas

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	24.325	117	24.325	117
Outros resultados abrangentes				
Outros resultados abrangentes líquidos	-	-	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	24.325	117	24.325	117

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pérola Energética S.A. e suas controladas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2020		298.834	1.901	25.568	-	326.303
Redução de capital ocorrida no exercício	13.a	(100.000)				(100.000)
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	13.c	-	-	(25.568)	-	(25.568)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	117	117
Constituição de reserva legal	13.b	-	6	-	(6)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13.c	-	-	-	(28)	(28)
Reserva de retenção de lucros	13.b	-	-	83	(83)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		198.834	1.907	83	-	200.824
Lucro líquido do exercício		-	-	-	24.324	24.324
Constituição de reserva legal	13.b	-	1.216	-	(1.216)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13.c	-	-	-	(5.777)	(5.777)
Reserva de dividendos complementares	13.b	-	-	17.331	(17.331)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		198.834	3.123	17.414	-	219.317

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pérola Energética S.A. e suas controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		24.325	117	24.325	117
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos com o fluxo de caixa					
Depreciação de ativo imobilizado	7	-	-	15.173	15.227
Depreciação de arrendamento	8	-	-	200	59
Juros de arrendamento	8	-	-	39	15
Encargos financeiros, líquidos	10	2.060	386	24.086	18.843
Baixa de ativo imobilizado	7	-	-	301	212
Extensão de outorga	7	-	-	-	(156)
Resultado de equivalência patrimonial	6	(26.517)	(429)	-	-
Provisão para contingências	12	-	-	603	(12)
Amortização de despesa de contratação	10	-	-	(178)	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais					
Contas a receber		22	(22)	254	6.560
Estoques		-	-	(83)	(73)
Impostos a recuperar		(3)	344	(37)	315
Despesas antecipadas		-	-	(85)	(213)
Outros		(1)	-	(13)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Contas a pagar		(1.029)	(7.402)	(1.567)	(7.098)
Impostos e contribuições a recolher		(2)	(46)	(56)	(501)
Contas a pagar risco hidrológico		-	-	(6.682)	(3.963)
Outros		-	-	188	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais		(1.145)	(7.052)	56.824	29.332
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Depósitos restituíveis e valores vinculados		-	-	(4.852)	(327)
Dividendos recebidos		31.452	4.000	-	-
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	7	-	-	(90)	(1.188)
Caixa líquido gerados pelas (aplicado nas) atividades de investimento		31.452	4.000	(4.942)	(1.515)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	10	-	100.000	-	100.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	10	(9.400)	-	(25.358)	(15.917)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	10	-	-	(20.148)	(18.239)
Pagamento de arrendamento	8	-	-	(221)	(25)
Redução de capital	13.a	-	(100.000)	-	(100.000)
Dividendos pagos		(21.096)	(500)	(21.097)	(500)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(30.496)	(500)	(66.824)	(34.681)
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa		(189)	(3.552)	(14.942)	(6.864)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		213	3.765	16.719	23.583
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		24	213	1.777	16.719
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa		(189)	(3.552)	(11.942)	(6.864)
Informações complementares:					
Valores pagos de IR:		-	-	2.102	2.662
Valores pagos de CS:		-	-	1.209	1.270

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pérola Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Pérola Energética S.A. (“Pérola” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital fechado, e tem por objeto social a participação em outras sociedades como sócia, quotista ou acionista, em especial em sociedades que possuam como objeto atividades relacionadas à exploração, produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e de créditos de carbono gerados em razão dessas atividades.

Em 13 de outubro de 2021, a Resolução Autorizativa nº 10.748, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021, que ajustou o marco inicial de vigência das outorgas de determinadas usinas para a entrada em operação comercial da 1ª Unidade Geradora. Com isso, as PCHs Verde 4 e PCH Verde 4A tiveram os prazos de outorga estendidos para 18 de janeiro de 2049 e 07 de fevereiro de 2048, respectivamente.

Contudo, após publicação destes resultados, a ANEEL reconheceu que o ajuste do marco inicial de vigência das outorgas, determinado pela Lei 14.182, afetaria a extensão de prazo originalmente disposta na Resolução Homologatória nº 2.931/2021. Desta forma, em 14 de junho de 2022, por meio do Ofício nº 036/2022-SRG-SRM-SCG/ANEEL, a ANEEL determinou que a CCEE recalculasse os prazos de extensões das outorgas das usinas afetadas, o que possivelmente resultará em nova extensão de prazo a ser homologada pela ANEEL. Por este motivo, ainda não foi publicada a Resolução Autorizativa de extensão do prazo de outorga para as PCH Verde 4 e PCH Verde 4A, em acordo com o disposto na Lei 14.182.

O prazo da autorização das PCHs pode ainda ser prorrogado uma única vez por mais 30 anos, em atendimento aos critérios estabelecidos pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto nº 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

PCH	Potência em MW	Autorização ANEEL	Local
Verde 4A	28,00	194/2005	Água Clara - MS
Verde 4	19,00	193/2005	Água Clara - MS

A Sociedade possui contratos de venda de energia (PPA - Power Purchase Agreement) de acordo com as seguintes principais características:

Indústria	Datas dos contratos	
	Início	Vencimento
Distribuidora de energia	01/01/2020	31/12/2049

Anualmente ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia listados acima são reajustados pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgados pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Pérola Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade apresenta um capital circulante líquido negativo na controladora de R\$ 105.159 (R\$ 129.388 em 31 de dezembro de 2021) e no consolidado de R\$ 116.725 (R\$ (135.872 em 31 de dezembro de 2021)). A Administração da Sociedade entende que o acionista, que possui habilidade para tal, continuará provendo recursos necessários para a manutenção das atividades sempre que forem demandados para realização dos planos de negócios para cumprir com os compromissos assumidos de curto prazo.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (“Lei nº 6.404/76”), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (“Lei nº 11.638/07”), e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (“Lei nº 11.941/09”), e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Adicionalmente, a Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022. As práticas contábeis, descritas na Nota Explicativa 2.3, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.3. Sumário das principais práticas contábeis

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Pérola Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, aos quais tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

b.1) *Ativos financeiros*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Sociedade transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse.
- A Sociedade transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são caixa e equivalentes de caixa, dividendos a receber, contas a receber e depósitos restituíveis e valores vinculados.

b.2) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i) *Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Pérola Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

b.2) *Passivos financeiros*--Continuação

ii) Empréstimos e recebíveis

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são contas a pagar, empréstimos e financiamentos e dividendos a pagar.

c) Estoques

Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.

d) Ativo imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

Pérola Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

d) Ativo imobilizado--Continuação

A Sociedade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização, dos dois o menor. As vidas úteis dos ativos da Sociedade são demonstradas na Nota 7.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os gastos com manutenção dos ativos da Sociedade são alocados diretamente ao resultado do exercício conforme são efetivamente realizados.

e) Investimentos

Os investimentos na controlada e nas controladas em conjunto são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2) Investimento em coligada e em controlada, para fins de demonstrações financeiras individuais.

Os resultados, ativos e passivos das controladas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial, conforme demonstrado na Nota 6.

Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Sociedade no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da investida. Quando a parcela da Sociedade no prejuízo de uma controlada excede a participação da Sociedade naquela entidade (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido da Sociedade na entidade), a Sociedade deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Sociedade tiver incorrido em obrigações legais ou constituídas ou tiver efetuado pagamentos em nome da entidade.

O montante de investimento na controlada é eliminado para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, enquanto o saldo do investimento no empreendimento controlado em conjunto é mantido pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme alternativa de política contábil definida pelo Pronunciamento Técnico CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto.

Pérola Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

e) Investimentos--Continuação

As exigências do CPC 38 são aplicáveis para fins de determinação da necessidade de reconhecimento da perda por redução do valor recuperável com relação ao investimento da Sociedade em uma controlada. Se necessário, o total do valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 1(R1), como um único ativo, por meio da comparação do seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida é acrescida ao valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o CPC 1(R1) na medida em que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

Quando uma empresa da Sociedade realiza uma transação com uma controlada, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações na investida não relacionadas à Sociedade.

f) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

g) Provisão

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando são esperados que algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Pérola Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

h) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

i) Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados pela Sociedade e quando possa ser mensurada de forma confiável e independente de quando o pagamento for recebido.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação transferida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos, impostos e encargos sobre vendas. Mais especificamente, a receita de venda de energia é reconhecida quando a energia é entregue ao cliente.

j) Imposto de renda e contribuição social

A Sociedade apura imposto de renda e contribuição social com base no lucro real mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável. As entidades Savana e Phoenix apuram seus impostos com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração, conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

k) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

Pérola Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

l) Recuperação de ativos

A Sociedade revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

m) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

n) Ativo circulante e não circulante

São demonstrados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidos.

2.4. Base de consolidação e investimentos em controladas

Nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados os investimentos nas controladas contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, quando aplicáveis, resultados de equivalência patrimonial e provisões para cobertura de passivos a descoberto de controladas, receitas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulantes e não circulantes, bem como é destacado o valor da participação dos acionistas minoritários nos resultados e nos patrimônios líquidos das controladas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas, por participação direta no capital social, como segue:

Controladas diretas	Percentuais de participação	
	2022	2021
Savana Geração de Energia S.A.	100%	100%
Phoenix Geração de Energia S.A.	100%	100%

Pérola Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e depósitos bancários	10	58	1.763	11.680
Aplicações financeiras	14	155	14	5.039
Total	24	213	1.777	16.719

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	Controladora		Consolidado	
			2022	2021	2022	2021
Banco Itaú S.A.	CDB	CDI	14	147	14	155
Banco BTG Pactual S.A.	Fundo DI (BKFD)	CDI	-	8	-	4.478
Banco Itaú S.A.	Fundo DI	CDI	-	-	-	-
Banco Itaú S.A.	Op. compromissada	CDI	-	-	-	406
			14	155	14	5.039

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

4. Contas a receber

	Consolidado	
	2022	2021
Venda de energia	10.437	10.198
Venda de energia – MRE/CCEE (*)	8	500
Contas a receber – partes relacionadas	556	557
	11.001	11.255

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo a vencer	10.026	9.030
Saldo vencido até 30 dias	975	2.223
Saldo vencido até 91 até 180 dias.	-	2
	11.001	11.255

A Administração não espera perdas no saldo do contas a receber.

Pérola Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Depósitos restituíveis e valores vinculados

As aplicações financeiras classificadas como depósitos restituíveis e vinculados a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2022	2021
Banco Itau S.A.	Conta Corrente	-	3.519	-

A Sociedade adotou de forma prospectiva a definição após mudança na política contábil do grupo devido a atualização do IAS1 que esclareceu que os saldos de caixa restritos consistem em contas das quais não se podem transferir recursos sem a aprovação expressa de terceiros.

A Sociedade possui na Conta Centralizadora do Banco Itaú saldo em conta corrente vinculado às obrigações de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. A conta foi constituída exclusivamente para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos cedidos e só pode ser movimentada pelo Itaú, que mensalmente reserva o valor para pagamento da próxima prestação da dívida, faz a manutenção do saldo mínimo da conta reserva do serviço da dívida e de O&M, e em seguida transfere todos os recursos remanescentes para a conta livre movimento.

A Sociedade possui na conta Reserva Especial do Itaú depósitos em fundos DI vinculados às obrigações de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. A conta é destinada a receber a totalidade dos recursos excedentes advindos da Conta Centralizadora do Itaú, que permanecerão bloqueados até o final da liquidação de todas as obrigações garantidas, exceto para os casos de recomposição do saldo mínimo da conta reserva do serviço da dívida e de O&M e de pagamento de dividendos para a conta reserva especial da holding.

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	Consolidado	
			2022	2021
Banco Bradesco S.A.	Fundos	CDI	10.477	9.144
			10.477	9.144

A Sociedade possui depósitos em fundos DI vinculados às obrigações de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, referente à manutenção do saldo mínimo da conta reserva do serviço da dívida e de O&M, que permanecerão bloqueados até o final da liquidação de todas as obrigações garantidas.

Pérola Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Investimento (controladora)

Investida	Participação sobre o capital total		Patrimônio líquido		Lucro do exercício		Valor dos investimentos		Equivalência patrimonial	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Controlada										
Phoenix Geração de Energia S.A.	100,00%	100,00%	172.478	172.059	17.708	(1.819)	172.478	172.059	17.708	(1.819)
Savana Geração de Energia S.A.	100,00%	100,00%	152.054	158.153	8.809	2.248	152.054	158.153	8.809	2.248
Total					26.517	429	324.532	330.212	26.517	429

Na controladora a movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

Controlada	Saldo em 2021	Equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 2022
Phoenix Geração de Energia S.A.	172.059	17.708	(17.289)	172.478
Savana Geração de Energia S.A.	158.153	8.809	(14.908)	152.054
Total	330.212	26.517	(32.197)	324.532

Controlada	Saldo em 2020	Equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 2021
Phoenix Geração de Energia S.A.	173.878	(1.819)	-	172.059
Savana Geração de Energia S.A.	156.439	2.248	(534)	158.153
Total	330.317	429	(534)	330.212

Pérola Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Investimento (controladora)

Principais informações sobre empresa a controlada:

	2022				2021			
	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Phoenix Geração de Energia S.A.	311.991	139.513	172.478	17.708	325.307	153.248	172.059	(1.819)
Savana Geração de Energia S.A.	275.208	123.154	152.054	8.809	287.390	129.237	158.153	2.248

Pérola Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado

Movimentação do imobilizado do consolidado:

	Em serviço				Em curso			Total
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Transmissão e distribuição	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento	
31 de dezembro de 2020	38.143	217.794	219.126	121.410	36.215	609	949	634.246
Adições	-	-	156	-	-	47	1.141	1.344
Baixas	-	(333)	-	-	-	-	-	(333)
Transferências	-	859	-	67	-	-	(926)	-
31 de dezembro de 2021	38.143	218.320	219.282	121.477	36.215	656	1.164	635.257
Adições	-	-	-	-	-	13	77	90
Baixas	-	(559)	-	-	-	(9)	-	(568)
Transferências	-	927	-	-	-	(41)	(886)	-
31 de dezembro de 2022	38.143	218.688	219.282	121.477	36.215	619	355	634.779
31 de dezembro de 2020	(2.601)	(17.624)	(14.740)	(8.384)	(3.806)	-	-	(47.155)
Adições de depreciação	(617)	(6.597)	(4.311)	(2.769)	(933)	-	-	(15.227)
Baixas de depreciação	-	121	-	-	-	-	-	121
31 de dezembro de 2021	(3.218)	(24.100)	(19.051)	(11.153)	(4.739)	-	-	(62.261)
Adições de depreciação	(617)	(6.542)	(4.312)	(2.769)	(933)	-	-	(15.173)
Baixas de depreciação	-	267	-	-	-	-	-	267
31 de dezembro de 2022	(3.835)	(30.375)	(23.363)	(13.922)	(5.672)	-	-	(77.167)
31 de dezembro de 2021	34.925	194.220	200.231	110.324	31.476	656	1.164	572.996
31 de dezembro de 2022	34.308	188.313	195.919	107.555	30.543	619	355	557.612

Pérola Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado--Continuação

a) Método de depreciação

A Sociedade efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final do exercício de 2022 e com base na Lei 13.360/2016, que dispõe das normas e regras sobre a renovação das outorgas de geração de energia elétrica por mais 30 anos a contar da data final da outorga atual; e da Nota Técnica ANEEL 062/2018, que dispõe da metodologia de cálculo para apuração sobre o custo desta renovação e finalizou suas análises e estudos internos sobre a viabilidade de renovação de seus empreendimento que são passivos a essa renovação e concluiu que tem interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades por mais 30 anos das empresas Savana e Phoenix.

Mediante a este cenário a usina passou a ter seus registros de depreciação com base na vida útil dos ativos, sendo este agora considerando o prazo da outorga atual adicionando-se o tempo de mais 30 anos conforme prevê a referida lei.

Para o cálculo da depreciação, é considerada a vida útil dos bens ou o prazo de autorização, dos dois o menor. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos da Sociedade à Portaria nº 674/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

	<u>Vida útil</u>
Máquinas e equipamentos	10 a 40 anos
Reservatórios, barragens e adutoras	30 a 50 anos
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos
Transmissão e distribuição	20 a 40 anos

b) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC nº 1292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e concluiu que em 31 de dezembro de 2022 seus ativos, considerando as unidades geradoras de caixa, são recuperáveis.

Pérola Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado--Continuação

c) Extensão de outorga

Em 8 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A extensão da outorga é limitada a 7 anos, condicionada à desistência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE pelos agentes elegíveis.

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, utilizando os preceitos de reconhecimento de Ativo não financeiro reconhecido ao valor justo. O ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Sociedade, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, que deve ser homologada pela ANEEL e apropriado como um imobilizado em contrapartida a recuperação de custos com energia elétrica. O montante apropriado em Recuperação de Custos é inferior ao custo total com GSF coberto pela referida lei.

Pérola Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado--Continuação

d) Extensão de outorga--Continuação

Em 1º de dezembro de 2020 a Diretoria da ANEEL aprovou a metodologia e os valores preliminares apresentados em audiência pública. Com base nessa informação, as controladas da Sociedade determinaram o valor e a extensão que lhe confere a regulamentação, conforme quadro abaixo. Com base nos termos dessa regulamentação, em 30 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a referida repactuação.

A mensuração deste ativo não financeiro, é observável por todos os participantes do MRE que aderiram a proposta da ANEEL e o ativo foi reconhecido ao seu valor justo. O ativo reconhecido será amortizado pelo prazo remanescente da outorga.

Em 12 de julho de 2021 a Agência Nacional de Energia Elétrica publicou a Resolução Normativa nº 945/2021, conforme diretrizes regulamentadas pela Lei nº 14.182, que ampliou a metodologia de cálculo do impacto do GSF também para as usinas de suas controladas que foram repactuadas com contratos no mercado regulado (ACR) desde 2015, nos Termos da REN 684/2015. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica atualizou os cálculos novamente, conforme nova regulação disponibilizada em 3 de agosto de 2021. Conseqüentemente, em setembro de 2021 as suas controladas reconheceram novo ajuste de R\$ 156, bem como extensão de 5 meses na sua respectiva outorga.

Em 31 de dezembro de 2021 o ativo não financeiro de extensão de outorga reconhecido pelas controladas da Sociedade totalizou R\$ 1.497.

Pérola Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Arrendamento

A composição do arrendamento é a seguinte:

Movimentação do consolidado:

	<u>Equipamentos</u>	<u>Total</u>
Custo		
31 de dezembro de 2020	-	-
Adições	591	591
31 de dezembro de 2021	591	591
Adições	25	25
31 de dezembro de 2022	616	616
Depreciação		
31 de dezembro de 2020	-	-
Adições de depreciação	(59)	(59)
31 de dezembro de 2021	(59)	(59)
Adições de depreciação	(200)	(200)
31 de dezembro de 2022	(259)	(259)
Total em 31 de dezembro de 2021	532	532
Total em 31 de dezembro de 2022	357	357

Os arrendamentos são depreciados durante o prazo de vigência do contrato de locação, delimitados as outorgas das controladas.

Em 31 de dezembro de 2022, os passivos de arrendamento são como segue:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Valor nominal dos pagamentos futuros	450	645
Ajuste a valor presente	(26)	(64)
	424	581
Passivo circulante	219	189
Passivo não circulante	205	392

Pérola Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Arrendamento--Continuação

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada como segue:

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial	581	-
Adições	25	591
Pagamento	(221)	(25)
Juros sobre arrendamento	39	15
Saldo final	424	581

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de 8,53%. As premissas utilizadas pela Sociedade para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Consolidado
2024	205
	205

Pérola Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fornecedores	5	28	4.908	5.385
Compra de energia – MRE/CCEE (*)	-	-	51	639
Contas a pagar – partes relacionadas	-	1.006	490	1.006
Seguros	-	-	33	19
Total	5	1.034	5.482	7.049

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Pérola Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

Credor	Encargos	Controladora			
		2022		2021	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional					
Tangará Energia S.A.	n/a	93.046	-	100.386	-
		93.046	-	100.386	-
Credor	Encargos	Consolidado			
		2022		2021	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional					
BNDES (Phoenix)	TJLP (*) + 2,12% a.a.	7.680	107.458	9.136	134.608
BNDES (Savana)	TJLP (*) + 2,15% a.a.	9.212	126.842	7.616	113.931
Tangará Energia S.A.	n/a	93.046	-	100.386	-
		109.938	234.300	117.138	248.539
Despesa de contratação (**)		(132)	(2.629)	(291)	(2.667)
Total		109.806	231.671	116.847	245.872

(*) Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o percentual excedente à referida taxa, aplicado ao saldo devedor, será capitalizado junto ao principal.

(**) Refere-se a gastos com IOF – Imposto sobre Operações Financeiras e comissões em favor do BNDES necessários para liberação do financiamento.

A movimentação dos empréstimos, nos respectivos exercícios, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	100.386	-	362.719	278.032
Captação	-	100.000	-	100.000
Juros provisionados	-	-	22.026	18.297
Amortização – principal	(9.400)	-	(25.358)	(15.917)
Pagamento – juros	-	-	(20.148)	(18.239)
IOF	2.060	386	2.060	386
	93.046	100.386	341.299	362.559
Despesa de contratação (**)	-	-	178	160
Saldo final	93.046	100.386	341.477	362.719

(***) Saldo referente à parcela dos juros capitalizados para as empresas Phoenix e Savana.

Pérola Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor, composto de principal e juros, é amortizado mensalmente, tendo os contratos, como vencimento final, as datas abaixo:

<u>Devedor</u>	<u>Credor</u>	<u>Vencimento</u>
Phoenix Geração de Energia S.A.	BNDES	15 de junho de 2038
Savana Geração de Energia S.A.	BNDES	15 de setembro de 2038

As parcelas de não circulante, em 31 de dezembro de 2022, têm os seguintes vencimentos:

	<u>Consolidado</u>
	<u>Valor</u>
Ano	
2024	16.032
2025	16.032
2026	16.032
2027	16.032
Após 2027	167.543
Total	231.671

A Sociedade está sujeita a cláusulas restritivas constantes do contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Essas cláusulas incluem, entre outras obrigações, manutenção do saldo mínimo das contas de reserva de serviço da dívida e de O&M (Nota 5) e a manutenção de certos índices financeiros de cobertura do serviço da dívida (debt-covenants), os quais foram atendidos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Pérola Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Contas a pagar risco hidrológico

A composição do risco hidrológico é:

	Consolidado	
	2022	2021
MRE/CCEE (*)	-	6.682
Total	-	6.682

(*) O saldo se refere ao diferencial a pagar devido aos impactos da liminar do GSF.

A Sociedade está contratada no ambiente de contratação regulada (“ACR”) e repactuou o risco hidrológico futuro, com início em 2022. O processo da solicitação de repactuação iniciou em 2021, com a desistência e renúncia da ação judicial do GSF condicionada à homologação administrativa da repactuação pela ANEEL. O processo foi efetivamente finalizado e a ação judicial encerrada em Dez/21, com a homologação da ANEEL e assinatura do Termo de Repactuação. O valor foi pago em janeiro de 2022.

12. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a controladora não possui ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável, que impliquem registro de provisões ou divulgação, bem como classificadas como perda possível e montante mensurável, que impliquem em divulgação em nota explicativa.

Nas demais controladas da Sociedade

Processos em andamento com probabilidade de perda provável

	Cíveis
31 de dezembro de 2020	12
Baixa	12
31 de dezembro de 2021	-
Baixa	-
Inclusão	603
31 de dezembro de 2022	603

Phoenix Geração de Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2022, existem ações cíveis, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável, no montante de R\$ 603(em 31 de dezembro não havia), referente a duas desapropriações administrativas.

Pérola Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Provisão para contingências--Continuação

Savana Geração de Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não possui ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável, que impliquem registro de provisões ou divulgação.

Principais processos em andamento com probabilidade de perda possível

	Consolidado	
	2022	2021
Ambiental	1.737	0
Processos tributários	416	0
Total	2.153	0

Phoenix Geração de Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2022, existem ações tributárias classificadas pela Sociedade como possível, no montante de R\$ 416 (em 31 de dezembro não havia), referente a duas ações declaratórias, sendo uma ajuizada em conjunto com Savana, no valor de R\$ 306.

Em 31 de dezembro de 2022, existem demandas ambientais, classificadas como perda possível por seus assessores legais, no montante de R\$ 1.737 (em 31 de dezembro não havia), referente a duas autuações ambientais e uma cobrança de TCFA.

Pérola Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 198.834 dividido em 106.328.806 (cento e seis milhões e trezentos e vinte e oito mil e oitocentos e seis) ações ordinárias, com direito a voto, todas sob a forma nominativa, sem valor nominal.

Em 27 de dezembro de 2021, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a redução de capital da Sociedade, no montante de R\$ 100.000, sem cancelamento de ações.

b) Reservas de lucros

b.1) *Reserva legal*

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

b.2) *Reserva de retenção de lucros*

O estatuto social da Sociedade prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Sociedade devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Sociedade.

c) Dividendos

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações.

Em 06 de outubro de 2021, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, R\$ 25.568.

Pérola Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2022	2021
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia		
Venda de energia elétrica	86.629	64.018
Venda de energia elétrica - partes relacionadas	1.678	556
Resultado com MRE e CCEE (*)	1.427	11.007
	89.734	75.581
Deduções da receita operacional bruta		
Impostos sobre a venda		
ICMS	(1.593)	(2.159)
PIS	(573)	(469)
COFINS	(2.645)	(2.163)
Receita operacional líquida	84.923	70.790

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Pérola Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Divulgação dos custos e das despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Custo de geração de energia				
Compra de energia elétrica – partes relacionadas	-	-	1.098	3.823
<i>Royalties</i> ANEEL	-	-	2.274	1.949
	-	-	3.372	5.772
Custo com a operação				
Impostos, licenças e taxas	-	-	45	66
Viagens	-	-	15	-
Serviços de terceiros	-	-	2.135	2.152
Seguros	-	-	1.092	795
Pessoal	-	-	6	-
Depreciação	-	-	15.373	15.286
Manutenção	-	-	221	230
MRE/CCEE (*)	-	-	9.365	9.158
Promoção e publicidade	-	-	28	40
Outros	-	-	285	375
	-	-	28.565	28.102
Total do custo de geração de energia	-	-	31.937	33.874
Despesas gerais e administrativas				
Impostos, licenças e taxas	51	50	297	257
Viagens	-	-	1	2
Serviços de terceiros	57	-	198	225
Pessoal	2	1	2	2
Serviços de administração – partes relacionadas	-	-	790	669
Promoção e publicidade	30	37	30	27
Total das despesas gerais e administrativas	140	88	1.318	1.182
Total de custos e despesas gerais e administrativas	140	88	33.255	35.056

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

Pérola Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	9	222	1.773	3.993
Total	9	222	1.773	3.993
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	-	-	22.026	18.297
Juros sobre arrendamento	-	-	39	15
Despesas com letras de crédito	-	-	1.685	3.221
Multas e encargos sobre empréstimos	-	-	241	-
Atualização de contingências	-	-	63	-
Imposto sobre operações financeiras	2.060	408	2.093	418
Atualização monetária do GSF	-	-	-	13.584
Despesas com juros e descontos concedidos	1	-	-	274
Total	2.061	408	26.147	35.809

Pérola Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Corrente				
Imposto de renda	-	-	2.369	2.421
Contribuição social	-	-	1.188	1.153
Total com despesas de impostos	-	-	3.557	3.574

Em 2022, as controladas Savana e Phoenix, calcularam o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro presumido, como demonstrado a seguir:

Imposto de renda e contribuição social	2022		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Faturamento (fornecimento de energia)	89.734	89.734	75.581	75.581
ICMS	(1.593)	(1.593)	(2.159)	(2.159)
	88.141	88.141	73.422	73.422
% para base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	7.051	10.577	5.874	8.811
Receitas financeiras	1.764	1.764	3.771	3.771
Outras receitas	854	854	231	231
Base de cálculo total	9.669	13.195	9.876	12.813
% do imposto (*)	25%	9%	25%	9%
Total	2.369	1.188	2.421	1.153

(*) A aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

A Sociedade, na figura da controladora, calcula o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática de lucro real. A reconciliação do imposto, calculado com base nas alíquotas nominais em relação aos valores contabilizados, está demonstrada a seguir:

Imposto de renda e contribuição social	2022		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Base de cálculo	24.324	24.324	117	117
	25%	9%	25%	9%
Resultado de imposto de renda e contribuição social às respectivas alíquotas (*)	6.081	2.189	29	11
Resultado de equivalência patrimonial	(6.629)	(2.386)	(107)	(39)
Créditos fiscais não reconhecidos	548	197	78	28
Total	-	-	-	-

(*) Lucro tributável apurado pelo regime de lucro real é inferior a R\$ 240, alíquota básica de IRPJ de 15% e de CSLL 9%.

Em 31 de dezembro de 2022, a controladora possuía um saldo total de imposto de renda sobre prejuízos fiscais e contribuição social sobre base negativa acumulados, no montante de R\$851 (Em 31 de dezembro de 2021 saldo de R\$ 106). O total do prejuízo fiscal da controladora em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 2.504 (Em 31 de dezembro de 2021 saldo de R\$ 311)

Os créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa não foram registrados pelo fato da sociedade não ter expectativa de apuração de lucros fiscais futuros para realização dos referidos créditos tributários.

Pérola Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com as empresas do Grupo são apresentados conforme abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Ativo					
Contas a receber					
Apollo Comercializadora Ltda.	(a)	-	-	556	557
Phoenix Geração de Energia S.A.	(a)	-	11	-	-
Savana Geração de Energia S.A.	(a)	-	11	-	-
		-	22	556	557
Dividendos a receber					
Phoenix Geração de Energia S.A.	(b)	2.642	4.605	-	-
Savana Geração de Energia S.A.	(b)	3.242	534	-	-
		5.884	5.139	-	-
Passivo					
Contas a pagar					
Elera Renováveis S.A.	(c)	-	-	490	-
Power I FIP Multiestratégia	(c)	-	978	-	978
Vitória Energética S.A.	(c)	-	28	-	28
		-	1.006	490	1.006
Dividendos a pagar					
Power I FIP Multiestratégia	(d)	17.792	32.684	17.792	32.684
Vitória Energética S.A.	(d)	509	935	509	935
		18.301	33.619	18.301	33.619
Resultado					
Venda de energia					
Apollo Comercializadora Ltda.	(e)	-	-	1.678	556
		-	-	1.678	556
Compra de energia					
Apollo Comercializadora Ltda.	(f)	-	-	1.098	433
Tangará Energia S.A.	(f)	-	-	-	3.390
		-	-	1.098	3.823
Serviços de ADM – Despesa					
Elera Renováveis S.A.	(g)	-	-	790	669
		-	-	790	669

(a) Contas a receber entre a Sociedade e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;

(b) Dividendos a serem recebidos das empresas controladas da Sociedade;

(c) Contas a pagar entre a Sociedade e as empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros. Consta, ainda, saldo a pagar com os controladores, referente à redução de capital;

(d) Referem-se aos dividendos a serem pagos aos acionistas da Sociedade;

(e) Venda de energia elétrica para outra empresa do grupo;

(f) Compra de energia elétrica de outra empresa do grupo;

(g) Conforme acordado entre as partes, o saldo se refere à prestação de serviços de assessoria e de consultoria empresarial nas áreas jurídica, contábil, fiscal, trabalhista, de administração financeira, recursos humanos e engenharia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M.

Durante o ano de 2022, a remuneração total dos administradores foi de R\$ 36.

Pérola Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Seguros

A Pérola Energética S.A. tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade. O total da cobertura segurada em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 489.645 (R\$ 251.600 em 31 de dezembro de 2021) para os bens vinculados à autorização.

A apólice de seguro mantida pela Phoenix Geração de Energia S.A. e pela Savana Geração de Energia S.A. têm como proponente principal a São João Energética S.A., sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão instaladas as usinas do grupo. A soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, Danos Materiais e Lucros Cessantes, no valor total de R\$ 450.000 (R\$ 620.000 em 31 de dezembro de 2021).

A redução ou aumento do valor de danos materiais se deve à conclusão das avaliações patrimoniais efetuadas por empresa externa em fevereiro de 2019. A análise de risco considerou um LMI (Limite Máximo de Indenização) para 2022/2023 de 80% (noventa por cento) do Valor em Risco Total considerando a maior exposição da Sociedade. Seguindo a métrica dos anos anteriores a maior exposição são as usinas do complexo do Rio Pomba (Ivan Botelho I, II, III e Zé Tunin).

Pérola Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Sociedade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Sociedade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Sociedade são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora					
	2022			2021		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	-	24	24	-	213	213
Contas a receber	-	-	-	22	-	22
Dividendos a receber	5.884	-	5.884	5.139	-	5.139
	5.884	24	5.908	5.161	213	5.374

	Consolidado					
	2022			2021		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	-	4.822	4.822	-	16.719	16.719
Contas a receber	11.001	-	11.001	11.255	-	11.255
Depósitos restituíveis e valores vinculados	-	10.477	10.477	-	9.144	9.144
	11.001	15.299	26.300	11.255	25.863	37.118

Pérola Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Sociedade são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora	
	2022	2021
Passivos financeiros	Custo amortizado	Custo amortizado
Contas a pagar	5	1.034
Dividendos a pagar	18.301	33.619
Empréstimos e financiamentos	93.046	100.386
	111.352	135.039

	Consolidado	
	2022	2021
Passivos financeiros	Custo amortizado	Custo amortizado
Contas a pagar	5.482	7.049
Dividendos a pagar	18.301	33.619
Empréstimos e financiamentos	341.477	362.719
Contas a pagar risco hidrológico	-	6.682
	365.260	410.069

Pérola Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados

Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

- Contas a receber e dividendos a receber

São classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Empréstimos - *partes relacionadas*

São classificados como empréstimos e recebíveis e, apresentadas pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento desses instrumentos.

- Empréstimos e financiamentos - *instituições financeiras*

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos são calculados com base na projeção dos fluxos futuros das operações (ativo e passivo), utilizando as curvas de mercado descontadas a valor presente.

- Arrendamentos

São classificados como passivos financeiros e são mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos.

Pérola Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- b) Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

	Consolidado	
	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	4.822	16.719
Depósitos restituíveis e valores vinculados	10.477	9.144

- c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2022 e 2021. As mensurações do valor justo dos instrumentos financeiros são aproximadas do valor contábil.

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Sociedade estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Sociedade, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

Pérola Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Sociedade honrar suas dívidas. A Sociedade procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) *Risco de concentração de carteira de clientes*

A Sociedade possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Sociedade efetua avaliações financeiras, possui garantias financeiras e executa o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

iv) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco de a Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Sociedade entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Pérola Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

v) *Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos*

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Sociedade, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

vi) *Risco hidrológico*

De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras pode ou não depender diretamente da energia efetivamente gerada. Para usinas que fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), dependem da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva autorização. Para usinas fora do MRE, a receita depende de sua geração efetiva.

Na ocorrência de períodos de estiagem, a produção da usina será inferior à sua garantia física. Além disso, quando a geração hidrelétrica é reduzida, os preços no mercado *spot* ficam mais elevados. Em tais situações, os contratos bilaterais não seriam suficientes para reduzir os riscos a níveis adequados.

Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

Trata-se de um mecanismo de *hedge* compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados dos demais empreendimentos participantes do MRE.

Entretanto, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado *Generation Scaling Factor* (GSF), fazendo com que a Sociedade tenha que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo. Para reduzir este risco, a Sociedade controla o nível de contratação, minimizando a exposição ao mercado de curto prazo.

Pérola Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

vii) *Risco de não renovação da autorização*

A Sociedade detém outorgas de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos, que possuem direito a renovação. Os critérios para renovação de concessões e autorizações de empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada entre 5 MW e 50 MW foram regulamentados pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei Federal nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Lei Federal nº 13.360 alterou o art. 26º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, mudando o limite inferior das usinas consideradas como PCH de 3 MW para 5 MW. Assim, empreendimentos hidrelétricos com potência instalada entre 3 MW e 5 MW poderão ter suas outorgas convertidas em registro (CGH), conferindo direito a perpetuidade no prazo de exploração de seus empreendimentos (não há prazo para vencimento do registro de CGHs).

A referida Lei dispõe que outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5 MW e inferior ou igual a 50 MW, que não tenham sido prorrogadas anteriormente e que estavam em vigor na data de sua publicação poderão ser prorrogadas pelo período de 30 anos, mediante requerimento do empreendedor. Como contrapartida, o empreendedor deverá pagar à União ressarcimento financeiro pelo Uso do Bem Público (UBP), além do recolhimento de 50% da Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), conforme disposto na Lei nº 13.360/2016.

O valor da UBP será publicado pelo MME com antecedência mínima de dois anos antes da renovação da outorga tendo como referência a metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Medida Provisória nº 998, de 02 de setembro de 2020, alterou o art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, eliminando a aplicação do desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD), na hipótese de prorrogação das outorgas que detêm esse benefício estabelecido em suas autorizações ou concessões.

Caso a renovação das outorgas de autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Sociedade, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

e) Derivativos

Durante os exercícios de 2022 e de 2021, a Sociedade não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

Pérola Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Sociedade autorizou a conclusão das presentes informações financeiras em 17 de março de 2023.